

STJ00109708

IRENE PATRÍCIA NOHARA  
FLÁVIO DE LEÃO BASTOS PEREIRA  
*coordenação*

# GOVERNANÇA, COMPLIANCE E CIDADANIA

2ª EDIÇÃO

*Revista, atualizada e ampliada*

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Analista de Conteúdo Editorial:* Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Assistente Administrativo:* Tatiana Leite

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thaís Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Fialho e Diene Ellen Chemim

*Capa:* Linotec

*Controle de Qualidade da Diagramação:* Carla Lemos

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Governança, *compliance* e cidadania / Irene Patrícia Nohara e Flávio Leão Bastos Pereira, coordenação. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia

ISBN 978-85-5321-807-3

1. Anticorrupção - Leis e legislação 2. Cidadania 3. Compliance 4. Corrupção administrativa 5. Governança corporativa 6. Responsabilidade civil 7. Responsabilidade civil - Brasil I. Nohara, Irene Patrícia. II. Pereira, Flávio Leão Bastos.

19-29170

CDU-35(81)(094)

---

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Leis : Anticorrupção : Direito administrativo 35(81)(094)  
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1. LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL E COMPLIANCE: PROGRAMA DE COMPLIANCE EFETIVO E CULTURA DE INTEGRIDADE.....	21
<i>Irene Patrícia Nohara</i>	
1. Considerações Introdutórias.....	21
2. Transformações e novidades da Lei Anticorrupção no Brasil.....	23
3. Programa de <i>Compliance</i> Efetivo.....	25
4. Expansão das exigências de programa de integridade.....	27
5. Desafios do estímulo ao desabrochar de uma cultura de integridade no relacionamento entre público e privado no Brasil.....	29
6. Conclusões.....	32
7. Referências.....	34
2. PANORAMA DO COMPLIANCE NO BRASIL: AVANÇOS E NOVIDADES...	35
<i>Giovani Agostini Saavedra</i>	
3. PROGRAMAS DE COMPLIANCE E INCENTIVOS NO COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL.....	49
<i>Patricie Barricelli Zanon e Susana Gercwolf</i>	
1. Introdução.....	49
2. <i>Compliance</i> como instrumento de controle da corrupção.....	51
3. Estímulos ao <i>compliance</i> no âmbito do controle da corrupção.....	55
4. Conclusão.....	64
5. Referências.....	66
4. A EFETIVIDADE DO COMPLIANCE CONCORRENCIAL PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO.....	69
<i>Vicente Bagnoli</i>	
1. Concorrência e economia de mercado.....	69
2. O <i>compliance</i> concorrencial no Brasil.....	71
3. Operação Lava Jato: o verdadeiro ponto de virada da cultura corporativa no Brasil.....	74

10	GOVERNANÇA, COMPLIANCE E CIDADANIA	
4.	As melhores práticas no <i>compliance</i> concorrencial.....	76
5.	Conclusão .....	78
6.	Referências .....	79
5.	ACORDO DE LENIÊNCIA NA LEI ANTICORRUPÇÃO: PONTOS DE ESTRANGULAMENTO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	81
	<i>Thiago Marrara</i>	
1.	Introdução.....	81
2.	Acordo e programa de leniência: definições relevantes.....	82
3.	Regime da leniência na Lei Anticorrupção.....	85
4.	Benefícios do programa de leniência por ato de corrupção .....	87
5.	Panorama das falhas do regime jurídico legal .....	90
6.	Tentativas de aprimoramento do regime: MP 703.....	92
7.	Regulamentação infralegal: avanços? .....	94
8.	Conclusão: pontos de estrangulamento da segurança jurídica .....	98
9.	Referências bibliográficas.....	99
6.	CÓDIGOS DE CONDUTA E DE ÉTICA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA .....	101
	<i>José Roberto Pimenta Oliveira</i>	
1.	Introdução.....	101
2.	Definição de Código de Conduta e de Ética na Administração Pública Direta .....	102
3.	Convenções Internacionais contra a corrupção e criação e expansão de Código de Conduta e de Ética na Administração Pública Direta .....	111
4.	Estruturas dos Códigos de Conduta e de Ética na Administração Pública Direta .....	116
5.	Código de Conduta e de Ética e programas de integridade na Administração Pública Federal Direta .....	120
6.	Conclusões.....	124
7.	Referências bibliográficas.....	125
7.	COMPLIANCE PÚBLICO E COMPLIANCE PRIVADO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	129
	<i>Luiz Eduardo de Almeida</i>	
1.	Introdução.....	129
2.	<i>Compliance</i> no setor privado .....	129
3.	<i>Compliance</i> no setor público .....	139

4.	Conclusão: semelhanças e diferenças.....	146
5.	Referências bibliográficas.....	147
8.	REVISÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE: CONTROLE INTERNO E COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	149
	<i>Marcella Camila Volpato Zichack e Rodrigo Fagundes Noceti</i>	
1.	Introdução.....	149
2.	Controle interno e <i>compliance</i> .....	150
3.	Dos benefícios por incapacidade.....	155
4.	Efeitos da revisão.....	165
5.	Conclusão.....	170
6.	Referências.....	172
9.	PROGRAMAS DE COMPLIANCE: COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES ENTRE INVESTIGAÇÃO PRIVADA E OFICIAL.....	173
	<i>Fábio Ramazzini Bechara e Samara Schuch Bueno</i>	
1.	Introdução.....	173
2.	Governança corporativa e programa de integridade anticorrupção.....	174
3.	Investigação privada: forma, requisitos e limites.....	177
4.	Compartilhamento de informações entre investigação privada e oficial... ..	181
5.	Conclusão.....	185
6.	Referências bibliográficas.....	185
10.	COMPLIANCE DIGITAL.....	187
	<i>Marcelo Crespo</i>	
1.	Breves considerações sobre <i>compliance</i> no mundo.....	187
2.	Sobre o <i>compliance</i> digital.....	192
	2.1. Os pilares de um programa de <i>compliance</i> sob a perspectiva digital.....	197
3.	Considerações a título de conclusões.....	199
4.	Referências bibliográficas.....	199
11.	RESPONSABILIDADE PENAL DOS DIRIGENTES: DESAFIOS DO DIREITO PENAL E EQUILÍBRIO NO COMBATE À CORRUPÇÃO.....	203
	<i>Marco Aurélio Florêncio Filho e Rodrigo Camargo Aranha</i>	
1.	Introdução.....	203
2.	Da omissão como forma de atuar consciente e voluntariamente.....	205
3.	Da construção dogmática do instituto da omissão em matéria penal....	208

12	GOVERNANÇA, COMPLIANCE E CIDADANIA	
4.	O nexo de causalidade na omissão e a imputação objetiva .....	211
5.	O empresário como garantidor dos fatos típicos cometidos no âmbito empresarial.....	214
6.	Conclusão .....	217
7.	Referências.....	218
12.	RESPONSABILIDADE DE SÓCIOS, ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS: FACETAS APLICADAS DO <i>CRIMINAL COMPLIANCE</i> .....	221
	<i>Cibelle Mortari Kilmar e Hugo von Ancken Erdmann Amoroso</i>	
1.	Introdução.....	221
2.	O <i>criminal compliance</i> .....	223
3.	O regime de responsabilização dos sócios, administradores e conselheiros previstos na Lei Anticorrupção .....	228
4.	Conclusões.....	234
5.	Referências bibliográficas.....	235
13.	PRINCÍPIO DO <i>ATTORNEY-CLIENT PRIVILEGE</i> DA <i>COMMON LAW</i> NA JURISDIÇÃO BRASILEIRA: SIGILO PROFISSIONAL EM FACE DA MORALIDADE E DA PUBLICIDADE .....	239
	<i>Pedro Teixeira Leite Ackel</i>	
1.	Introdução.....	239
2.	Estudo de caso da Petrobras.....	241
3.	<i>Attorney-client privilege</i> .....	243
4.	Da proteção jurídica brasileira à documentação sigilosa.....	245
5.	Sigilo profissional do advogado na legislação brasileira.....	247
6.	Da competência do TCU e do tratamento dado aos documentos e informações sigilosas por aquele Tribunal .....	249
7.	Conclusão .....	254
8.	Bibliografia.....	256
14.	OS AVANÇOS NO CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA PELA TRANSPARÊNCIA.....	259
	<i>Ana Flávia Messa</i>	
1.	Corrupção e administração pública .....	259
2.	Os desafios no combate da corrupção administrativa .....	260
3.	Transparência como instrumento de combate da corrupção no âmbito da administração pública .....	262

3.1. Disponibilização informacional.....	264
3.2. Abertura à participação social .....	266
4. Referências bibliográficas.....	267
15. CASO DIESELGATE: CONSEQUÊNCIAS E INTENSIFICAÇÕES DAS REGRAS DE COMPLIANCE .....	271
<i>Daniela Marinho Scabbia Cury, Luiza Guedes Piráquine, Mariana Beda Francisco e Rogério Luis A. Cury</i>	
1. Introdução.....	272
2. Análise do caso <i>Dieselgate</i> .....	273
2.1. Repercussões norte-americanas.....	274
2.2. Repercussões alemãs.....	275
2.3. Repercussões portuguesas .....	276
2.4. Repercussões brasileiras .....	277
3. Importância de um <i>compliance</i> efetivo e os cinco pilares de um programa de integridade .....	277
3.1. <i>Compliance</i> como fator de mitigação de responsabilidade .....	281
4. Responsabilidade administrativa, civil e penal das pessoas jurídicas.....	282
5. Conclusão .....	283
16. TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA NA CETESB.....	285
<i>Thalita Abdala Aris</i>	
1. CETESB: noções gerais .....	285
2. Evolução legislativa em prol da transparência e do combate à corrupção .....	287
3. Modificações havidas na CETESB a partir da Lei 13.303/2016 .....	290
17. INTERAÇÃO COM TERCEIROS E <i>DUE DILIGENCE</i> .....	295
<i>Liana Irani Affonso Cunha</i>	
1. Breve introdução .....	296
2. Como mensurar o risco que vem de terceiros?.....	299
3. Como eliminar o risco que vem de terceiros? .....	300
4. Como implementar um processo de <i>due diligence</i> ? .....	301
4.1. Possíveis fases para a realização de um processo de <i>due diligence</i> ... ..	301
4.1.1. Obtenção de informações diretamente com o terceiro .....	301
4.1.2. Busca reputacional e obtenção de dados de maneira independente.....	303

4.1.3.	Análise de dados recebidos: se necessária, análise de <i>Compliance</i> .....	304
4.1.4.	Tomada de decisão final sobre seguir ou não na relação comercial com o terceiro .....	306
4.1.5.	Quando deve ser feito o processo de <i>due diligence</i> ? .....	306
5.	Uma empresa deve conduzir treinamentos nos terceiros com os quais se relaciona? .....	307
6.	Últimas considerações sobre o tema .....	308
18.	<b>COMPLIANCE ENQUANTO PROCEDIMENTO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES NAS CORPORAÇÕES</b> .....	309
	<i>Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes e Diego Garcia Mendonça</i>	
	Introdução .....	309
1.	Governança corporativa e a implementação de programas de <i>compliance</i> nas corporações.....	310
1.1.	Códigos de ética empresariais, de conduta e a cultura organizacional.....	311
2.	Programa de <i>compliance</i> e mitigação de conflitos de interesses organizacionais.....	314
	Conclusão .....	317
	Referências bibliográficas .....	318
19.	<b>COMPLIANCE E O TERCEIRO SETOR: A CONFORMIDADE DAS PARCELIAS SOCIAIS</b> .....	319
	<i>Thiago Lopes Ferraz Donnini</i>	
1.	Estrutura do artigo .....	319
2.	Delimitação do tema .....	319
2.1.	Uma “sopa de letras e denominações” .....	319
2.2.	Conformidade das parcerias sociais.....	320
3.	As parcerias e o risco de sua descaracterização .....	322
4.	Desafios.....	327
5.	Bibliografia .....	328
20.	<b>ASPECTOS PROMISSORES DO COMPLIANCE NO TERCEIRO SETOR</b> .....	329
	<i>Cristina Barbosa Rodrigues</i>	
1.	Introdução.....	329
2.	O Terceiro Setor e a interação entre o público e o privado em razão de uma meta comum: o interesse público.....	330

3.	O <i>compliance</i> no terceiro setor: segurança jurídica, moralidade e eficiência para as parcerias com o poder público .....	333
4.	Conclusão .....	337
5.	Referências .....	338
21.	COMPLIANCE NO RELACIONAMENTO COM O GOVERNO .....	341
	<i>Renata Fonseca de Andrade</i>	
1.	Esboço Regulatório .....	342
1.1.	Constituição Federal .....	342
1.2.	Lei 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa – (LIA).....	342
1.3.	Lei 13.303/2016 – estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União (Lei das Estatais) .....	343
1.4.	Lei 12.846/2013 – anticorrupção empresarial .....	344
1.5.	Outros pontos a considerar .....	346
1.6.	Lei 12.813/2013 – Lei do conflito de interesses.....	347
1.7.	Lei 12.850/2013 – Lei das Organizações Criminosas .....	347
2.	Conflitos de interesses das empresas.....	347
3.	<i>Compliance</i> .....	352
3.1.	Princípios de <i>compliance</i> .....	353
3.1.1.	“ <i>Tone At The Top</i> ” = Comprometimento no alto nível da organização.....	353
3.1.2.	“ <i>Risk based Approach</i> ” = Abordagem Baseada em Riscos ....	354
3.1.2.1.	Mapeamento e Classificação de Riscos.....	355
3.1.2.2.	Tratamento e Monitoramento de Riscos no Relacionamento com o Governo.....	356
3.2.	O Programa de <i>Compliance</i> .....	357
3.2.1.	Código de Conduta e Políticas da Empresa.....	357
3.2.2.	A Justificativa do Negócio .....	357
3.2.3.	Mecanismos de Prevenção, Detecção e Punição.....	358
3.3.	Comunicação Interna e Externa .....	361
3.3.1.	Treinamentos.....	362
3.3.2.	Canal de Denúncia .....	363
3.4.	Tratamento e Gerenciamento de Crises.....	364
4.	Auditoria interna.....	366
5.	Conclusão .....	367

22. O PAPEL DA CULTURA ORGANIZACIONAL NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE COMPLIANCE NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA DA ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO .....	369
<i>Ana Maria Roux Valentini Coelho Cesar e Danielle Cristine da Silva Levorato</i>	
1. Introdução.....	370
2. Referencial teórico .....	372
2.1. A Teoria Institucional .....	372
2.2. Cultura Organizacional .....	374
2.3. Governança Corporativa .....	375
2.4. Os Programas de <i>Compliance</i> .....	377
3. Procedimentos metodológicos .....	380
4. Apresentação e discussão dos resultados .....	381
4.1. A Organização Odebrecht.....	383
4.2. A Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) – a cultura Odebrecht .....	384
4.3. Análise da cultura no nível dos artefatos .....	386
4.3.1. A descentralização .....	386
4.3.2. Delegação planejada .....	387
4.3.3. A liderança .....	387
4.4. Análise da cultura no nível das crenças e valores expostos .....	388
4.5. Análise da cultura no nível das suposições básicas.....	389
4.6. O sistema de conformidade da OEC.....	390
5. Considerações finais .....	392
6. Referências.....	394
23. INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES), CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E COMPLIANCE ...	397
<i>Erica Dalloz Eller Barbosa</i>	
1. Ambientação .....	397
2. A terceirização de serviços .....	397
3. A gestão contratual.....	398
4. A descoberta de <i>Compliance</i> .....	398
5. A Memória Organizacional (MO) .....	399
6. Terceirização de serviços, MO e <i>Compliance</i> .....	399
7. Desafios.....	399
8. Considerações finais .....	400
9. <b>Bibliografia</b> .....	401

24. COMPLIANCE, DIREITOS HUMANOS E PROPRIEDADE IMATERIAL INDÍGENA .....	403
<i>Flávio de Leão Bastos Pereira</i>	
1. Contexto inicial: povos indígenas e riquezas culturais. <i>Compliance</i> e direitos humanos fundamentais.....	403
2. Responsabilidade corporativa e povos ancestrais.....	404
3. Importantes iniciativas para o estabelecimento de normas de conformidade .....	406
4. A importância da ética empresarial para o fortalecimento e valorização da multiculturalidade – O exemplo do setor da moda .....	411
5. Conclusão .....	412
6. Referências bibliográficas.....	412
25. CIDADANIA E COMPLIANCE NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	415
<i>Caroline Lopes Placca e Thais Duarte Zappellini</i>	
1. Introdução.....	415
2. Direitos Humanos e cidadania: garantia e concretização .....	416
2.1. A Cidadania e a universalização dos direitos humanos .....	416
2.2. A questão da efetividade dos direitos humanos: Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	420
3. <i>Compliance</i> e a Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	423
4. <i>Compliance</i> realizado no Caso Araguaia .....	428
Conclusão .....	433
Referências bibliográficas .....	434
26. O COMPLIANCE A PARTIR DO NOVO REGIME DE GOVERNANÇA DA LEI DAS ESTATAIS .....	437
<i>Francine Silva Pacheco Gonçalves e Rodrigo Pironti Aguirre de Castro</i>	
27. GOVERNANÇA CORPORATIVA NO FUTEBOL BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA .....	449
<i>Felipe Franceschi Buoro</i>	
1. Introdução.....	449
2. Governança corporativa.....	450
2.1. Transparência ( <i>disclosure</i> ) .....	451
2.2. Responsabilidade corporativa ( <i>compliance</i> ).....	452

18	GOVERNANÇA, COMPLIANCE E CIDADANIA	
	2.3. Prestação de contas ( <i>accountability</i> ) .....	452
	2.4. Equidade ( <i>fairness</i> ).....	453
	3. Conselho de administração .....	454
	4. Legislação.....	456
	5. Conclusão .....	457
	6. Referências bibliográficas.....	458
28.	DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DA GESTÃO DE COMPLIANCE TRIBUTÁRIO NO BRASIL .....	461
	<i>Lucienne Michelle Treguer Cwikler Szajnbok</i>	
	1. Introdução.....	461
	2. A importância da governança corporativa na gestão empresarial .....	462
	3. A imprescindibilidade do <i>compliance</i> no ambiente corporativo .....	464
	4. <i>Compliance</i> tributário e suas dificuldades .....	466
	5. As perspectivas do <i>compliance</i> tributário .....	471
	6. Conclusão .....	472
	7. Referências .....	472
29.	ESTÍMULO AO COMPLIANCE TRIBUTÁRIO POR MEIO DO PROTESTO DE CDA .....	475
	<i>Felipe Viana de Araújo Duque</i>	
	1. Introdução.....	475
	2. Compreensão do “dever fundamental de pagar tributos” .....	476
	3. Protesto de CDA e o <i>compliance</i> em direito tributário.....	479
	4. Conclusão .....	483
	5. Referências bibliográficas.....	484
30.	COMPLIANCE NO SETOR DE SAÚDE .....	487
	<i>Fernando Borges Mânica</i>	
	1. Introdução.....	487
	2. Programas de <i>compliance</i> : aspectos gerais e benefícios do desenvolvimento de uma cultura interna.....	489
	3. <i>Compliance</i> na saúde: minimização de desvios e ampliação da visibilidade social .....	492
	3.1. <i>Compliance</i> em hospitais privados.....	494
	3.2. <i>Compliance</i> em gestores privados de serviços públicos de saúde: as especificidades do terceiro setor.....	498
	4. Conclusões.....	501

31. COMPLIANCE E CONTRATOS DE SEGURO NO BRASIL.....	503
<i>Angélica Carlini</i>	
1. Introdução.....	503
2. Seguros – conceito e breve histórico .....	504
3. Fundamentos técnicos e jurídicos da operação de seguros.....	507
3.1. Risco.....	507
3.2. Boa-fé e função social nos contratos de seguro.....	508
3.3. Limite máximo de indenização.....	511
3.4. Prêmio de seguro.....	514
4. Distribuição de seguros – intermediação do corretor de seguros, papel do agente, representantes e distribuição direta .....	515
5. Prestadores de serviços em seguros.....	517
6. Regulação em seguros .....	518
7. Programas de <i>compliance</i> em seguros.....	519
8. Conclusão .....	523
9. Referências Bibliográficas.....	524
32. COMPLIANCE COMO IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORES PRÁTICAS DE GESTÃO E OS LIMITES DO DIREITO DO TRABALHO .....	525
<i>Felipe Carlos Sampaio Pedroso</i>	
1. Introdução.....	525
2. Enquadramento do <i>compliance</i> no Direito do Trabalho .....	529
3. Formas mais usuais de <i>compliance</i> enfrentadas na Justiça do Trabalho ....	532
3.1. <i>Compliance</i> na admissão do empregado.....	534
3.2. <i>Compliance</i> durante a execução do contrato de trabalho.....	538
3.3. <i>Compliance</i> no âmbito da saúde e segurança no trabalho.....	539
3.4. Fiscalização de <i>e-mails</i> .....	543
3.5. Fiscalização de redes sociais.....	546
3.6. Gravações como meios de prova .....	550
3.7. Revistas pessoais e íntimas .....	553
4. Conclusão .....	555
Referências bibliográficas .....	557
33. COMPLIANCE E INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.....	559
<i>Mariângela Castilho Uchoa de Oliveira e Maykel Ponçoni</i>	
1. Introdução.....	559

20	GOVERNANÇA, COMPLIANCE E CIDADANIA	
2.	Previsão legal da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.....	560
3.	<i>Compliance</i> como instrumento de auxílio na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.....	564
4.	Legislação como meio de defesa dos direitos das pessoas com deficiência.....	567
5.	Conclusão.....	571
34.	COMPLIANCE E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL.....	573
	<i>José Francisco Siqueira Neto e Michel Bertoni Soares</i>	
1.	Introdução.....	573
2.	Crise de representatividade e partidos políticos.....	574
3.	A Lei Anticorrupção Empresarial e os partidos políticos.....	578
4.	Projetos de lei para a criação do <i>compliance</i> partidário.....	583
5.	Considerações finais.....	588
6.	Referências.....	589
35.	GOVERNANÇA E COMPLIANCE NA NOVA DISCIPLINA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	591
	<i>Danilo Vieira Vilela</i>	
1.	Considerações introdutórias.....	591
2.	As agências reguladoras no direito brasileiro.....	592
3.	Governança e <i>compliance</i> na Administração Pública brasileira.....	595
4.	Boa governança e <i>compliance</i> na Lei 13.848, de 2019.....	598
5.	Conclusões.....	604
6.	Referências.....	604